



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Biociências

A guinada comunicativa do ambientalismo mundial

Jan Santoro Gomes

Rio de Janeiro
2018

Jan Santoro Gomes

A GUINADA COMUNICATIVA DO AMBIENTALISMO MUNDIAL

Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Instituto de Biociências da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Ambientais.

Orientador: Agripa Faria Alexandre

Rio de Janeiro

2018

Jan Santoro Gomes

A GUINADA COMUNICATIVA DO AMBIENTALISMO MUNDIAL

Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Instituto de Biociências da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Ambientais.

Aprovada em :

Orientador: Agripa Faria Alexandre

Prof. Dra. Ludmila Maria Moreira Lima

Prof.Dr. Jaime Fernando Villas da Rocha

GOMES, Jan

A guinada comunicativa do ambientalismo mundial – 2018
190f (número de folhas)

Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso

Orientador: Agripa Faria Alexandre

1 – ambientalismo 2 – ecologia política 3 – globalização

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Bacharel em Ciências Ambientais

RESUMO

Frente a uma crise ambiental política tanto nacional quanto internacional, com a retomada de discursos radicais de extrema direita, reacionários, por vezes belicosos, encontramos uma preocupação de variados grupos ecológicos da sociedade civil que estabelecem estratégias de desobediência civil a fim de influenciar a dinâmica de decisão dos governos e dos fóruns oficiais, através de uma perspectiva civilizatória e de um discurso alternativo aos discursos vigentes. Como explicar a guinada comunicativa do ambientalismo de um modelo de denúncia e enfrentamento para um modelo de ação política em conjunto, principalmente nas redes sociais eletrônicas? Através de quais formas o discurso ambientalista, seus propósitos, seus valores e suas práticas manifestam-se progressivamente na cultura política? Nossa primeira hipótese de investigação sugere que as recentes manifestações (2000-2018) de empoderamento da sociedade civil nas mídias eletrônicas têm disseminado valores ambientalistas de um modo incomum (anteriormente ligado a grupos de ambientalistas restritamente, de educadores e simpatizantes), embora sem uma incorporação definitiva pela cultura política.

Abstract

Facing a national and international political environmental crisis, with the resumption of extreme right-wing, reactionary, sometimes bellicose, discourses, we find a concern of various ecological groups of civil society that establish strategies of civil disobedience in order to influence the dynamics of decisions of governments and official forums, rescuing a civilizing perspective through an alternative discourse. How to explain the communicative shift of environmentalism from a model of denunciation and confrontation to a model of political action together, especially in electronic social networks? Through what forms does the environmental discourse, its purposes, its values and its practices manifest themselves progressively in the political culture? Our first hypothesis of investigation suggests that the recent manifestations (2000-2018) of civil society empowerment in electronic media have disseminated environmental values in an unusual way (previously linked to groups of environmentalists only, from educators to sympathizers), although without a definite incorporation by the political culture.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
MATERIAIS E MÉTODOS	06
CAPÍTULO 1: PANORAMA HISTÓRICO	09
CAPÍTULO 2: A GUINADA	22
CAPÍTULO 3: PROCESSOS DE DEMONSTRAÇÃO PÚBLICA	30
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS	35

APRESENTAÇÃO

De acordo com Habermas (1985), na cultura política moderna fatos e normas estão em permanente comunicação devido ao processo expansivo de democratização cultural. Há momentos em que os costumes formam normas; mas em outros, as normas instituídas pelas esferas públicas (parlamento e agências reguladoras, por exemplo) também criam costumes. Nesta monografia estudamos o impacto dessas transformações e do uso da inteligência demonstrativa que faz parte de um novo tipo de ativismo diferente na internet, questionador, irônico, solidário, insolente ou até mesmo afetuoso, nosso objetivo é o estudo dessa nova cultura participativa do movimento ambientalista mundial que difunde seus propósitos, seus valores e práticas que invadem o imaginário da política. Dividimos a discussão do tema em três capítulos. O primeiro capítulo trata da parte teórica mostrando a história inicial do ambientalismo. O segundo capítulo versa sobre a mudança comunicativa do ambientalismo com ênfase na descrição do surgimento das mídias eletrônicas contra hegemônicas, alternativas e participativas. No último capítulo descrevemos os casos de estudos dessa mudança comunicativa do ambientalismo entre 2000 e 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia da pesquisa foi dividida em três etapas:

Metodologia de coleta de dados: refere-se à seleção de bibliografia que nos permitiu dispor de um material inicial para a reflexão crítica sobre a temática selecionada. Foram os seguintes os textos estudados e fichados:

- ALEXANDRE, A. F. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro**. Florianópolis/Blumenau: Editora da UFSC e Ed.FURB, 2000.
- _____ Atores e processos da ecologia política internacional. In: Revista de Estudos Internacionais. UEPA, 2017 (no prelo).
- ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. In: Novos Estudos, 79, novembro 2007.
- ARON, Raymond. **ETAPAS DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO**. 8ª Edição. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

- CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos**. In: De la Liberté cliez les Modernes . Le Livre de Poche, Editora Pluriel Paris, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LOSEKANN, Cristiana. Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula. *Ambient. soc.*, São Paulo , v. 15, n. 1, Abril. 2012 .
- SÁNCHEZ, C.; ACCIOLY, I. Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 25, p. 97-108, jan./jun. 2012. Editora UFPR.
- SOUZA FILHO, Durandegui, Representações sociais sobre meio ambiente entre ecologistas ligados a ONG'S no Brasil. In: *Revista de Ciências Humanas da UFSC*, 32, outubro de 2002.
- TOQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Ed. Folha de São Paulo, 2010.
- VIEIRA, Luiz Vicente. **A democracia em Rousseau: a recusa dos pressupostos liberais**. Coleção Filosofia; 52. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: Padua, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

Metodologia de entrevistas: Foram coletados depoimentos de ativistas e representantes de movimentos e organizações que usam da inteligência demonstrativa na internet e promovem ações políticas a fim de enriquecer a hipótese com a visão desses atores.

Metodologia de análise de dados: Em um terceiro momento concomitante com o segundo, a pesquisa se concentrou na coleta de dados de material jornalístico sobre temas relacionados à políticas públicas, direitos humanos e meio ambiente, apontando ações de desobediência civil, de enfrentamento, discursos alternativos e seus resultados.

A metodologia de análise foi pensada a partir da teoria crítica marxista, pois nossa preocupação é entender os padrões de individualidade, consumo e costumes da sociedade

moderna, com o foco na cultura política brasileira. A base teórica está principalmente assente no estudo de Habermas: **Mudança Estrutural da Esfera Pública** (1984). Este estudo permitiu-nos sustentar a **hipótese** inicial da pesquisa que confere às práticas políticas orientadas para o entendimento entre esfera pública formal (aparelho administrativo do Estado) e esfera pública isenta de coação (sociedade civil) centralidade para se explicar os processos políticos recentes, como manifestações de empoderamento da sociedade civil que têm permitido disseminar valores ambientalistas de um modo novo que necessitam ser melhor estudados. Igualmente, empreendemos a leitura de livros e artigos de autores com contribuição para o entendimento da democracia moderna, os quais foram listados acima como material lido e fichado.

1 PANORAMA HISTÓRICO

A década de 70 marca o despertar da consciência ecológica no mundo: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes. Pela primeira vez os problemas de degradação do meio ambiente provocados pelo crescimento econômico são percebidos como um problema global que supera amplamente diversas questões pontuais que eram arroladas nas décadas de 50 e 60 pelas agências estatais de meio ambiente dos países do 1º Mundo. Os movimentos ecológicos que surgiram entre 1960-1980 são parcialmente herdeiros da cultura socialista e particularmente da crítica marxista da ética utilitarista (RAMOS, 1981 Apud. VIOLA, 1987, p. 2). O ecologismo dessa época critica o utilitarismo não apenas nas relações no interior da sociedade (como o faz o marxismo), mas também, e fundamentalmente, nas relações sociedade-natureza. Os movimentos ecológicos e pacifistas constituem-se num ponto de inflexão na história da mobilização social e da ação coletiva: trata-se de movimentos portadores de valores e interesses universais que ultrapassam as fronteiras de classe, sexo, raça e idade (VIOLA, 1987, p. 2).

Para os pensadores da ecologia política de 1960 e 1970, o maior desafio à prática da democracia liberal era colocado pela situação de "escassez ecológica" que vivemos, isto é, pelo reconhecimento de limites e coações à atividade humana na biosfera, entendida como um sistema de recursos finitos. Esta situação de escassez ecológica requereria a autoimposição de controles globais que garantissem as condições mínimas para o funcionamento equilibrado da biosfera. Nesse contexto político de desenvolvimento econômico das décadas de 1960-1980 os primeiros ambientalistas entendiam que a democracia liberal estimula a superexploração competitiva de recursos escassos, os estilos de vida hedonistas, a liberdade entendida como capacidade ilimitada de ação individual, os jogos de poder irresponsáveis, o imediatismo e descompromisso com as gerações futuras. Essa democracia, além de capitalista na sua base socioeconômica, é predatória na sua relação com a natureza. O campo do conhecimento da ecologia política se constitui no contexto sócio-político-econômico em que surgem dilemas fundamentais: democracia *versus* autoritarismo; capitalismo *versus* socialismo; sociedade predatória *versus* sociedade ecológica (VIOLA, 1987, p. 5).

Na década de 80, nos Estados Unidos, a ONG Movimento de Justiça Ambiental passa a estruturar suas estratégias de resistência recorrendo de forma inovadora à produção própria de conhecimento. Segundo Acserald, Robert D. Bullard, em 1987, apontou em suas pesquisas que "a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a

explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área. É a partir de pesquisas desse período que o reverendo Benjamin Chavis cunha a expressão “racismo ambiental” para designar a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades. Nesses estudos procurou-se tornar evidente que as forças do mercado e práticas discriminatórias das agências governamentais concorriam de forma articulada para a produção das desigualdades ambientais (ACSERALD, 2009, p. 19-21) e para a reprodução do racismo ambiental.

A partir da década de 80, nos EUA, as séries de lutas que articularam a questão ambiental à desigualdade social deram fôlego a uma reflexão e a uma mobilização social de outros grupos, impulsionando uma reflexão geral sobre as relação entre risco ambiental, pobreza e etnicidade. (ACSERALD, 2009, p. 25)

No caso do Brasil, Viola aponta cinco fatores que explicam a emergência e o desenvolvimento do movimento ecológico (VIOLA, 1987, p. 16-17):

- 1) O caráter fortemente internacionalizado do movimento ecológico mundial devido ao caráter planetário da degradação socioambiental processada nas últimas quatro décadas; (VIOLA, 1987, p. 17). Este tópico é de suma importância, pois nos próximos capítulos mencionaremos a consequência do avanço das redes sociais, da militância e do engajamento para a catalisação deste caráter internacional do movimento.
- 2) O fato de o Brasil ser um país ascendente do “3º Mundo” com forte internacionalização do seu sistema produtivo e de comunicações (VIOLA, 1987, p. 17);
- 3) A intensidade de degradação socioambiental produzida nas últimas quatro décadas, contrapartida do extraordinário crescimento econômico e consequente ascensão no sistema mundial (VIOLA, 1987, p. 17);
- 4) O caráter excessivamente predatório (mais que a média mundial) da visão de mundo e das políticas implementadas pelas elites do regime autoritário (1964-1985)
- 5) O processo de transição democrática, iniciado com a distensão (a partir de 1974) e continuado com a democratização (a partir de 1982), criou um contexto sócio-político cada vez mais favorável para a organização de movimentos sociais e para o debate de novas ideias (VIOLA, 1987, p. 17).

Além destes tópicos propostos por Viola (1987) existe um sexto caso que é a percepção local (e internacional) por parte da diversidade de agentes que passaram a

constituir o campo ambientalista (em toda sua rede de atuação) de que o Brasil, por concentrar em seu território, imensa biodiversidade e potenciais para o incremento de apropriações, explorações e investimentos rentáveis, deveria mobilizar forças políticas para o enfrentamento desse processo.

Ângela Alonso aponta que a Teoria do Processo Político evidencia que movimentos sociais surgem tipicamente quando mudanças nas oportunidades políticas aumentam as possibilidades para grupos sociais se mobilizarem, abrindo ou criando novos canais para expressão de reivindicações. Isso pode ocorrer em três possibilidades: pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, por mudanças no estilo de interações políticas entre Estado e movimentos sociais e pela presença de aliados potenciais como movimentos sociais, partidos políticos, mídia e elites dissidentes (ALONSO, A., COSTA, V. e MACIEL, D. 2007: 153).

No Brasil, uma mudança das estruturas de oportunidades políticas (EOP)¹ surge com o início do processo de redemocratização, pois ocorreram:

- 1) Diminuição na repressão dos protestos sociais em geral,
- 2) Aliança entre ativistas ambientalistas e outros movimentos sociais,
- 3) Maior vulnerabilidade das instituições políticas e administrativas às demandas da sociedade civil.

Durante a redemocratização já havia uma agenda ambientalista internacional, produzida pela Conferência de Estocolmo (a reunião da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento em 1972), que abriu a discussão pública sobre a questão ambiental com a participação de associações ambientalistas internacionais e partidos verdes nacionais, que passaram a oferecerem novos modelos organizacionais e novas estratégias de mobilização (ALONSO, A., COSTA, V. e MACIEL, D. 2007: 154).

Ângela Alonso propõe que existem duas categorias típicas do ativismo ambientalista, o “conservacionista” que define o meio ambiente exclusivamente como o mundo natural

¹ Ângela Alonso explica as estruturas de oportunidades políticas a partir da Teoria do Processo Político, patente na literatura nacional nos anos 1990 estas estruturas são definidas por mudanças nas oportunidades políticas, ou seja, pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas a reivindicação da sociedade civil; por mudanças no estilo de interações políticas entre Estado e movimentos sociais e pela presença de aliados potenciais como movimentos sociais, partidos políticos, mídia e elites dissidentes (ALONSO, 2007: 153).

selvagem, vendo qualquer intervenção como uma questão técnica, restrita aos cientistas naturais; e outra, chamada “ecologia política” ou socioambientalismo que inclui o mundo sociourbano na definição do problema ambiental – as causas da degradação ambiental são atribuídas ao desenvolvimento capitalista e ao estilo de vida moderno e em sua visão, o processo de redemocratização ajudou a consolidar a abordagem politizada da questão ambiental: o socioambientalismo (ALONSO, 2007: 156-157, 160).

A perspectiva de uma Constituinte, na segunda EOP, impôs a formação de coalizões mais estáveis, como forma de incluir temas na nova Constituição como, por exemplo, o inciso III do § 1º do art. 225, que prevê a criação, em todas as unidades da federação, de “espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos; ou no inciso VI do art. 225 da Constituição, que encontra-se a obrigação de o Poder Público de promover a educação ambiental em todos níveis de ensino; e também o art. 225, *caput*, declara a todos o direito fundamental “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Apud. M. D. LEUZINGER e M. D. VARELLA, 2008).

Alguns grupos ambientalistas optaram por se formarem associações profissionalizadas com vinculação a partidos, outros se voltaram para sociedade civil sem vinculação com partidos, lançando candidaturas avulsas e outros apoiavam partidos de esquerda já organizados como visto acima no trabalho de Eduardo Viola. A última alternativa resultou na criação de um partido, o Partido Verde, reunindo ativistas isolados de pequenas associações, principalmente do Rio de Janeiro – no entanto, iniciativas populares e suas mobilizações como abaixo-assinados, se demonstraram mais eficientes. Contudo a proteção a ecossistemas virou o cerne do capítulo sobre meio ambiente na Constituição, pois apesar da tentativa socioambiental, as propostas conservacionistas eram mais palatáveis aos deputados não ambientalistas. A EOP da Constituinte foi decisiva na formação do movimento ambientalista na medida em que consolidou vínculos e compromissos entre grupos ativistas e lhes deu capacidade de influenciar na regulação legal de questões ambientais na constituição (ALONSO, A., COSTA, V. e MACIEL, D. 2007: 161-163).

Na Rio 92, surgiu o termo “desenvolvimento sustentável”, que conectou² as duas categorias da questão ambiental, que antes eram contrastantes. Porém o

² O termo desenvolvimento sustentável traz consigo a responsabilidade de garantir o bem estar-social também para gerações futuras, o que implica em compreender os desafios socioambientais que a ecologia política elucida junto do avanço tecnológico e das práticas de conservação dos ecossistemas e da proteção à biodiversidade.

socioambientalismo, que tinha ênfase na questão urbana em 1970, se deslocou para o campo; e o conservacionismo substituiu a noção de ecossistema pela de biodiversidade. Essa conciliação gerou uma nova categoria comum a todo movimento: o neoconservacionismo. Essa nova categoria fez a tônica política ser substituída por uma abordagem técnica da questão ambiental e fez com que o estilo de vida urbano deixasse de ser o foco do ativismo – caminhando com o movimento ambientalista brasileiro para uma despolitização e uma profissionalização, similar, em parte, ao processo Europeu. Na EOP da Conferência Rio 92 resolveu-se o problema de coordenação de significados entre grupos distintos com a configuração de um frame comum a todos, consolidando assim um movimento ambientalista nacional (ALONSO, A., COSTA, V. e MACIEL, D. 2007: 164-166). Essa combinação entre uma concepção socialmente homogênea da questão ambiental e estratégias neoliberais vem constituir o pensamento ecológico dominante nos meios políticos, empresariais e nas agências multilaterais. Naturalizando se os pressupostos atuais deste ideário neoliberal em três âmbitos: acerca do que se produz, de como se produz e para quem se produz (ACSERALD, 2009, p.15).

Há uma mudança na sociedade brasileira no período de 2008-2018. A população universitária cresceu significativamente com programas como o Reuni, de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e que possibilitou um aumento no número de matrículas no ensino superior, segundo o primeiro relatório do programa em 2008, de aproximadamente 100 mil em um ano (REUNI, 2008). Já o Prouni³ de inclusão em universidades através de bolsas possibilitou, em 2012, 150.870 estudantes receberem bolsas integrais, 133.752 bolsas parciais, com um total de 284.622 estudantes bolsistas em um ano. Isso evidencia o crescimento do número de universitários em processo de empoderamento na sociedade civil e de capacidade de mobilização que ganha argumento. Por exemplo, a mobilização de protestos nas ruas em 2013 “por mais direitos” reuniu um grande número de estudantes universitários e diversos grupos da sociedade civil, primordialmente facilitada através de redes sociais cibernéticas, chamou atenção da mídia nacional e internacional, repercutindo pressionando e pesando em decisões políticas.

No panorama histórico recente temos que destacar também as práticas antiecológicas do próprio Congresso Nacional brasileiro. Por exemplo, no ano de 2010 a

³ Programas como Prouni, Reuni objetivam ampliar o acesso as universidades através de bolsas integrais ou parciais, expandir o numero de vagas nas universidades, ocupar vagas ociosas, garantir o acesso a todos de maneira justa e reduzir o numero de evasão dos estudantes – contribuindo com a formação de universitários que são agentes importantes para o exercício da ecologia política.

Comissão de “Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”⁴, que reunia quatro parlamentares membros, dois foram classificados como ruralistas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). O Departamento considera ruralista aquele parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou da área de agronegócios, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas também em entrevistas concedidas à imprensa (ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 99).

Em 2011, apenas um parlamentar foi classificado como ruralista pelo DIAP, contudo, na lista de empresas doadoras das campanhas dos outros candidatos também constam empresas do ramo do agronegócio, assim como setores da indústria pesada (ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 99).

No Senado Federal, em 2010 e em 2011, dentre as empresas que financiaram as campanhas dos membros da mesa diretiva “Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle” apareceram menos empresas ligadas diretamente ao agronegócio, mas da indústria petroleira e de construtoras e apenas um parlamentar foi considerado ruralista (ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 99).

Foi observado que o Poder Legislativo da República Federativa do Brasil concentra-se na realização de ações pontuais para cobrir determinadas demandas usando da ciência e de cientistas para “validarem” suas ações, sem revisão de paradigmas ético-científicos (ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 101). A partir disso pode-se observar uma forte influência do grupo de ambientalistas neoconservacionistas no discurso e nas ações dos parlamentares que regem a política Brasileira. Foi observado que o agronegócio e suas ramificações conseguem influenciar na política nacional através do financiamento de campanhas, de relações políticas aliadas a uma forte propaganda de conceitos como “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” que são apropriados e utilizados para afirmar um projeto societário liberal, no sentido de descentralização da economia e do poder (Leff, 2009. Apud. ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 102).

Tal apropriação ocorre em detrimento do caráter difuso e emancipatório da ecologia política e pode ser observado em determinados grupos da sociedade como: o grupo de grandes produtores do Agronegócio que compõem a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); empresas de transporte rodoviário e outros negócios que podem oferecer riscos

⁴ A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi criada com o objetivo de gerir, fomentar a política e o sistema nacional do meio ambiente; direito ambiental; legislação de defesa ecológica; compreender o uso dos recursos naturais renováveis; flora, fauna e solo; edafologia e desertificação; construir o desenvolvimento de maneira sustentável no Brasil.

ambientais. Em busca de benefícios e de uma boa reputação no mercado, usam práticas de distorção de descobertas científicas, desinformação e da má interpretação de dados para construir uma determinada visão de mundo e sustentar uma agenda política (EHRlich 1996, p.11 Apud. ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 103).

Por exemplo, a ABAG, criada em 1993 descreve em seu website sua missão:

A ABAG visa buscar o equilíbrio nas cadeias produtivas do agronegócio, de modo a valorizá-las, ressaltando sua fundamental importância para o desenvolvimento sustentado do Brasil. A consequência dos nossos esforços deverá ser a liderança global brasileira na oferta, de forma competitiva, dos produtos agroindustriais (ABAG, 2018).

O desenvolvimento sustentado proposto está ancorado em um suposto equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e o crescimento econômico que é um dos *lobbies* da Associação. Argumenta-se com dados publicados em uma revista produzida pela própria ABAG. Na sua edição de 2018 discrimina sua evolução no PIB que corresponderia a 3.885.847 milhões de reais em 2010, para 6.266.895 em 2016 (ABAG, 2018). Esses dados são utilizados para defender posições, benefícios e privilégios políticos que o Agronegócio vislumbra, expandindo seu poder de atuação e influência sobre o governo e a sociedade civil. Na mesma revista, em entrevista, o sócio-diretor da Agroicone, Rodrigo Lima fala sobre a reforma do Código Florestal, aprovada na Lei de 2012, e explica que a reforma providenciará toda “segurança” para a rede do Agronegócio e que todo processo de adequação para quem desmatou até 22/07/2008, ocorrerá em foro administrativo, sem multas ou penalidades e que ainda existiria, contudo, uma dúvida quanto ao mercado de compensação via “Cotas de Reserva Legal”⁵. Rodrigo afirma que as áreas propostas para Reserva deveriam possuir a mesma identidade ecológica do local do empreendimento, o que dificultaria e acarretaria em Embargos de Declaração, pelo fato de não existir ainda um conceito bem definido de identidade ecológica (ABAG, 2018: p. 3).

Em 2011, a senadora Kátia Abreu, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) se revela uma forte representante do setor do Agronegócio. Em vídeo, vem a público pedir para que empresas do setor e outros associados viessem a fazer doações em dinheiro para as campanhas eleitorais dos candidatos da bancada ruralista do Congresso (ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 103). Em momentos de contradição entre o discurso de defesa da natureza e a visão da natureza como um entrave dos seus interesses (ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 103) é que se pode observar com clareza as intenções

⁵ As Cotas de Reserva Legal são, segundo o Código Florestal (Lei 12.651/12), o local com vegetação natural em uma propriedade que pode ser usada para compensar a falta de reserva legal em uma outra.

anticológicas dos parlamentares. Por exemplo, em diferentes vídeos, a Senadora Kátia Abreu adota os seguintes discursos:

“No Brasil, a mão que produz é a mesma que preserva”. (Senadora Kátia Abreu, através do portal que dirige na internet, “Canal do Produtor” Apud. ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 103).

“A reserva legal é um corpo estranho. Não há a menor possibilidade de os Estados Unidos aceitarem uma unidade de conservação dentro de uma unidade de produção. O governo brasileiro deveria estar permitindo o aumento das áreas produtivas e o barateamento do alimento. Fizemos tudo isso não foi deitado em rede. Foi trabalhando, foi desmatando sim, foi transformando cobertura florestal em arroz.” (Senadora Kátia Abreu, março de 2011, em pronunciamento no Senado Apud. ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 103).

“O termo ‘reserva legal’, que consta do Código Florestal, só existe aqui. É uma jabuticaba jurídica, que não agrega nenhuma função ambiental. Foi-nos imposta por essas ONGs, que não se mostram tão indignadas com a degradação ambiental em seus próprios países. Se “reserva legal” fosse unanimidade, não existiria só no Brasil.” (Senadora Kátia Abreu, 2011 Apud. ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 104).

Desde 2011 nota-se um esforço de ressignificação ou rejeição dos termos e implicações da Reserva Legal e a aquisição de suas Cotas como proposto pelo Código Florestal.

O deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), que foi um dos relatores da reforma, recebeu, em 2010, recursos de construtoras, cooperativas de crédito rural, distribuidoras de combustíveis, cooperativas de cafeicultores, de agropecuaristas, além de empresas da indústria farmacêutica e calcário. Rebelo critica algumas correntes ambientalistas que tendem a responsabilizar o antropocentrismo como fonte primária dos desastres ambientais, considerando-as correntes antropofóbicas, pois, segundo ele, descartariam como irrelevante a situação de grande parte da população mundial, que vive em condições abjetas de existência material e espiritual. Rebelo tira proveito das fragilidades e contradições das correntes ambientalistas para afirmar que as mesmas não se importam com seres humanos e não levam em consideração o desenvolvimento social do país, apelando para um discurso demagógico que exalta costumes e tradições do meio rural, ao mesmo tempo que defende e considera “natural” as “reduzidas moradias urbanas”. Rebelo continua a criticar o movimento ambientalista e o rigor da Legislação Ambiental, em tom de piada, em seu parecer de relator ao Projeto de Lei 1.8766/99. Nesse relatório Rebelo vincula a existência da corrupção à própria existência da legislação a ser cumprida. Rebelo também critica o que chama de “ecoanarquismo” e o novo mercado surgido com a atuação das Organizações Não

Governamentais (ONGs) ambientalistas perfeitamente encaixadas no modelo capitalista. Acerca da Amazônia, Rebelo justifica sua depredação alegando que a floresta nunca foi “boazinha” com os seres humanos, por isso não necessariamente os seres humanos precisariam ser “bonzinhos” com a floresta. A “natureza” aparece como um inimigo a ser derrotado, assim como o ambientalismo que, para Rebelo, é um movimento que se resume a ONGs. Em seguida Rebelo deixa claro em seu relatório que a infraestrutura a ser construída na Amazônia visa o crescimento das atividades exploratórias na região que são destinadas principalmente à exportação. Rebelo termina seu relatório discorrendo sobre a incerteza de que as mudanças climáticas recentes decorrem da ação humana, pois crê na possibilidade de que tais mudanças tenham sido despertadas por processos cíclicos que podem ser medidos em uma escala de tempo de centenas, milhões ou milhares de anos. Mais uma vez se servindo de um discurso demagógico defende os “excluídos” que sofrem com os “horrores” praticados em nome da lei e da proteção do meio ambiente. Somente o parecer do deputado já seria o suficiente para ilustrar o grande fenômeno antiecológico que ocorre no Congresso Nacional.

A existência desse fenômeno institui e “legaliza” o antiecológico na sociedade, o que leva à reflexão sobre alguns limites da ação educativa na tarefa da conscientização ambiental (ACCIOLY, I; SÁNCHEZ, C. 2012: p. 104-107). O Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental em 2011 publicou em seu site uma CARTA ABERTA AO POVO BRASILEIRO, em que se revela uma “profunda indignação” de representantes da sociedade civil e do Ministério Público dos Estados junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, frente à aprovação das alterações na Câmara Federal do Código Florestal, tal medida enfraquece ainda mais a proteção da biodiversidade, das populações em área de risco e da agricultura sustentável. Diversas ONGs e fundações também assinaram a carta, convocando a Sociedade Brasileira a atuar e pressionar os parlamentares para que não avançassem com os retrocessos e com a fragilização da gestão ambiental do país (PROAM, 2011)

Contudo, durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva, presidente no período de 2002-2010, foi observado um crescimento nos espaços de participação em nível nacional. O estudo realizado por Cristiana Losekann (2012) concentrou-se na análise do CONAMA, das Conferências Nacionais de Meio Ambiente e na observação da atuação direta de militantes de organizações da sociedade civil no MMA, ocupando cargos norteadores da política ambiental. Ela analisou também as atuações de associações civis que agem autonomamente ou através do Ministério Público se baseando nas Ações Civis Públicas (LOSEKANN, 2012).

Em seu estudo, Cristiana Losekann (2012) considera o Estado e sociedade civil como heterogêneos, analisando em cada tipo de participação o seu desenho institucional, a composição interna da sociedade civil e a percepção de influência dos atores (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006. Apud. LOSEKANN 2012).

Da mesma forma, tem-se também a análise que é feita, a partir do conceito de “Instituições participativas” proposto por Avritzer, sobre variadas formas de incorporação dos cidadãos e associações à deliberação política (AVRITZER, 2002. Apud. LOSEKANN, 2012). O autor identificou pelo menos três maneiras de ocorrer essa incorporação:

- a) Na elaboração das formas institucionais e pela ampla inclusividade do público que participa (AVRITZER, 2002. Apud. LOSEKANN, 2012).
- b) Pelos desenhos institucionais de partilha de poder entre estado e sociedade civil, constituídos pelo próprio estado, assegurando os mecanismos de participação (AVRITZER, 2002. Apud. LOSEKANN, 2012).
- c) Quando a sociedade ratifica uma decisão já tomada pelo Estado (AVRITZER, 2002. Apud. LOSEKANN, 2012).

Como exemplo que queremos destacar, segue o caso da Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), que aconteceu pela primeira vez em 2003, quando o primeiro mandato de Lula impulsionou diversas conferências (LOSEKANN, 2012). A 1ª Conferência do Meio Ambiente teve como objetivo ampliar o debate sobre meio ambiente na sociedade e legitimar as ações do Ministério do Meio Ambiente (LOSEKANN, 2012). Segundo Cristiana Losekann (2012) a dificuldade de efetivar as deliberações da I e da II CNMA seria explicada por pelo menos três fatores, mas além destes, vamos enumerar outros três fatores não menos importantes:

- 1) A dificuldade das reivindicações ambientais que contrariam interesses econômicos (LOSEKANN, 2012);

- 2) O governo não tinha nenhuma obrigação legal em cumprir o que ali fosse estabelecido, garantindo um caráter apenas consultivo às conferências (LOSEKANN, 2012).
- 3) A percepção dos atores em relação à qualidade das deliberações (LOSEKANN, 2012).
- 4) A baixa informação (dos delegados eleitos), em muitos casos, propondo medidas que de alguma forma já haviam sido implementadas, sendo efetivas ou não (LOSEKANN, 2012).⁶
- 5) Não havia (e nem à época de Lula) uma legislação que assegurasse a frequência dessas Conferências que, para acontecer, dependiam assim da vontade dos governantes. Isso fez com que a ideia da consolidação de bases sociais para a causa ambiental e enfraquecesse (LOSEKANN, 2012).
- 6) O CONAMA tem caráter consultivo, deliberativo e normativo. Na sua composição, inclui diversos setores da sociedade civil, mas os conselhos são caracterizados por uma participação representativa – sendo um fator limitador do acesso às decisões pela população; isso exige uma maior organização da sociedade civil (LOSEKANN, 2012).

Contudo o CONAMA apresenta alta efetividade devido ao grande comprometimento das organizações nos conselhos, o que se constata pelo alto quórum das reuniões. Porém, há uma contrapartida de uma intensa participação de organizações ou associações que são prejudiciais ao meio ambiente em suas atividades, como as empresas de mineração e energia (LOSEKANN, 2012).

O contato direto da sociedade civil nessas Conferências ou via CONAMA não é dos mais efetivos, principalmente quando se trata de situações que envolvem interesses econômicos. Seria também uma ação não institucionalizada, sem regras definidas ou

⁶ No entanto, a CNMA trouxe uma carga social que o movimento ambientalista até então não tinha, não era visto como um movimento de representação de massa. Foi, portanto, um importante exercício democrático, além de ser mais um espaço de educação, informação e recrutamento de bases (LOSEKANN, 2012).

garantia de retorno, porém não é uma medida a se desconsiderar, sendo mais uma forma de participação, luta por direitos e pela vida.

A Ação Civil Pública é uma medida direta da sociedade frente qualquer ato que possa vir a causar danos ambientais. Tal recurso transfere, em parte, as demandas políticas para o judiciário e requer uma alta instrumentalização judicial por parte das associações reivindicativas que se utilizam da Ação Civil Pública (LOSEKANN, 2012).

Para Arato e Cohen é fundamental na análise as relações entre Estado, sociedade civil e mercado o fator da autolimitação que as três esferas estabelecem, em suas funções específicas, com o objetivo de garantir um regime democrático (ARATO E COHEN, 2002. Apud. LOSEKANN, 2012).

A autolimitação, no entanto, coloca o papel político da sociedade civil como um ator apenas influente, porém, subordinada aos artifícios burocráticos de mediação estabelecidos entre o Estado e a Sociedade Civil. Esta seria apenas uma formadora de opinião pública, mas sem poder direto de decisão. A participação no poder estaria mais diretamente associada às chamadas sociedades econômicas (organizações de produção/distribuição) e às sociedades políticas (partidos, organizações políticas), com a conseqüente pressão de alguns setores sociais que tentam efetivar suas demandas, mas são sufocados por grupos que tradicionalmente dominam grande parte das decisões políticas brasileiras (Ibidem, p. 35 Apud. LOSEKANN, 2012).

As “instituições participativas” propostas por Avritzer (2002) são as “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas” (LOSEKANN, 2012). Porém ele confere à sociedade um papel de espectador na relação com as deliberações políticas, já em que as formas de participação nas instituições participativas e nos processos de decisão, estão subordinadas de alguma forma ao poder do Estado.

Para finalizar esta abordagem sobre as dificuldades dos recentes movimentos ambientalistas, não poderíamos deixar de citar a greve iniciada por caminhoneiros (em maio de 2018) que promoveu uma crise de abastecimento e chamou a atenção indiretamente para a articulação de diversas minorias sufocadas (de fora ou dentro das “instituições participativas” da definição de Avritzer, 2002), dispostas a dialogar e que colocam em discussão: a irresponsabilidade administrativa dos gastos públicos; do aumento do custo de vida e congelamento dos salários; das péssimas condições de hospitais e unidades de saúde públicas; assim como de instituições de educação e condições de ensino, do salário dos professores e acerca da impunidade de representantes políticos com históricos de

corrupção. Em termos de desafios civilizatórios, ficou patente a nossa apocalíptica dependência a uma única fonte de energia, ao sistema rodoviário e do quanto é verdadeira a crítica da ecologia política.

No próximo capítulo, chamaremos a atenção para o fenômeno de uma sociedade política ativa em manifestações através da internet e do uso de ferramentas como celular, gravadores, editores de vídeo simplificados. Desta forma, buscaremos compreender esses processos de denúncia e sensibilização e os possíveis impactos na política nacional e internacional e, quais seriam as mudanças da orientação comunicativa de ação dos ativistas do ambientalismo desde a década de 80.

2 A GUINADA

O objetivo deste capítulo é analisar as mudanças de estratégias no que se refere à ação coletiva do ambientalismo, desde, por exemplo, o surgimento do ator social individualizado, que opera através de avanços tecnológicos que revolucionaram a comunicação, com o uso de celular com câmera ou do uso de Redes Sociais cibernéticas, como Facebook, o Twitter e o Instagram para influenciar na política nacional e internacional.

O Facebook foi criado em 2004 e o Brasil já é o segundo país no mundo em número de assinantes nesta rede social, o que representa 23,38% de penetração na população brasileira total, sendo 61,90% na população online do país (OGLOBO, 2012). As redes sociais cibernéticas permitem a articulação de eventos, manifestações, debates políticos e a publicação de “*memes*”⁷ ou imagens com conteúdo humorístico que usam da deturpação simbólica, do escárnio e de incontáveis recursos de linguagem para dinamizar os mais diversos assuntos da vida política. No Brasil, o Twitter, em 2016, obteve o 3º maior crescimento em número de usuários (FOLHA, 2017). Sua plataforma possibilita a interação entre as pessoas que trocam e difundem opiniões sobre diversos temas, utilizando *hashtags* “#” para identificar, filtrar e rastrear determinados conteúdos. No Instagram o Brasil conta com mais de 50 milhões de usuários, ocupando o segundo lugar no ranking mundial (FOLHA, 2017). Esta rede propõe a produção e veiculação de fotos e vídeos, além de um recurso chamado “*stories*” que publica conteúdos por um período de 24h, sendo automaticamente apagado da rede ao final do prazo. Existem outras redes sociais que facilitam a comunicação entre as pessoas como o Telegram, Whatsapp que permitem a criação de grupos, troca de mensagens e encaminhamento de informação, dados e mídia com praticidade e velocidade. Para a utilização destas redes é necessário acesso à internet e ferramentas como o celular smartphone ou computador.

Em matéria publicada em fevereiro de 2018, o G1 aponta que no Brasil 116 milhões de pessoas estão conectadas à internet e que os brasileiros online somam 64,7 de toda a população (G1, 2018). Os dados da reportagem foram colhidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2016. O celular com câmera, um dos instrumentos que permitiu aos indivíduos se tornarem agentes políticos e produtores de conteúdo é o principal aparelho para acessar a internet no Brasil, reunindo 94,6% dos

⁷ *Meme* é um termo informal, popular, usado para caracterizar um conceito de imagem, ou, de vídeos veiculados na Internet; usam da deturpação simbólica dos fatos, do escárnio e de outros recursos para difusão da informação; transmitindo os mais diversos conteúdos, políticos, sociais, solidários ou apenas humorísticos.

internautas em 2016, sendo que nessa mesma data 77,1% dos brasileiros possuíam algum celular.

Compreendemos a guinada comunicativa do ativismo ambiental a partir do uso da deturpação simbólica da informação e da inteligência demonstrativa para trabalhar com a experiência e memória do espectador, com o fim de sensibilizar. O artigo de Alexandre (2017) aponta que a dimensão ambiental da globalização pressiona a postura dos governos estado-cêntricas para uma lógica transnacional e multicêntrica. Não somente, outros fatores inerentes à globalização também têm contribuído para a conscientização e sensibilização da sociedade civil para as questões ambientais: a crise ambiental, econômica, o aprofundamento do conhecimento sobre a biosfera e a difusão através do ativismo da proposta de um novo modelo de civilização alternativo. A discussão ambiental é uma discussão que ultrapassa as fronteiras territoriais dos estados (ALEXANDRE, 2017, p. 2-3).

Nosso estudo observou que diferentes grupos da sociedade civil usam de técnicas de desobediência civil⁸, de vídeos e pesquisas para propagação da informação a fim de influenciar na dinâmica de decisão dos governos e dos fóruns internacionais.

Historicamente, a internet militante da década de 1980 se beneficiara do barateamento dos custos de edição, difusão e produção de conteúdo, saindo de uma produção centralizada (de um ator, para muitos atores difusores e produtores de conteúdo) para alcançar a maior acessibilidade e sofisticação das ferramentas das redes sociais, quando passa a privilegiar a produção de muitos para muitos. Entre 1999 e 2000 esse fenômeno midiático permite a formação de um militante individualizado passando a fazer o uso do vídeo-ativismo com as seguintes características: produção de contrainformação; educação política; produção e difusão anônima de conteúdo desfilhada das mídias centrais e a multiplicação de pontos de vista (CARDON & GRANJON, 2013 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 11-12).

Vale destacar aqui o exemplo icônico de Vandana Shiva, física, ecofeminista, pertencente à comunidade epistêmica internacional, que faz a denúncia contra a transgenia alimentar, desde 1999, quando o movimento ambientalista barrou, através de protestos, a conferência da Organização Mundial de Comércio em Seattle que debateria a otimização e aceleração do processo de mercantilização/globalização de alimentos geneticamente modificados (ALEXANDRE, 2017, p. 3).

⁸ A desobediência civil é a ação pública intencional não violenta que é própria da política de ação direta em manifestações públicas (ALEXANDRE, 2017, p. 4).

Nossa pesquisa destaca dois tipos de ação no papel dos atores do ambientalismo: as ações de conflito, que constituem a cultura política da desobediência civil e as ações de cooperação, que envolvem a promoção de redes de solidariedade contra hegemônicas, alternativas e participativas. Em termos simbólicos, essa mudança cultural foi revista pelo autor citado a partir de quatro relacionamentos-chave do movimento ambientalista:

- 1) Com a natureza, reconhecendo-a como um sujeito de direitos;
- 2) Com o tempo, compreendendo a responsabilidade e o respeito às gerações presentes e futuras;
- 3) Uns com os outros sendo a cultura política do ambientalismo também consubstancial à cultura da paz
- 4) Com a autoridade e o Estado, se utilizando de técnicas da não violência ativa, contra qualquer forma de autoritarismo.

A desobediência civil é a ação pública intencional não violenta que é própria da política de ação direta em manifestações públicas (ALEXANDRE, 2017, p. 4). Existem diferentes estratégias de ação não violenta de associações ambientais. O Greenpeace, fundado em 1970 com atuação global, se utiliza de bloqueios, *sin-in* (ou *sit-dow*), protestos nas ruas. Embora haja ações violentas de fundo ecológico, com a promoção de conflitos simbólicos de resistência contra as grandes corporações e os governos que as representam, como por exemplo os movimentos *Earth First!*, *Black bloc*, a desobediência civil se destaca como eixo de reflexão central dos estudos sobre atores e processos da ecologia política internacional, desde as ações associadas ao pacifismo dos movimentos contrários à Guerra do Vietnã, Guerra Fria na Europa e nos Estados Unidos da América, dos movimentos antiglobalização, do ciberativismo nas redes sociais que vieram a promover a Primavera Árabe, até as marchas pacifistas em solidariedade às vítimas de terrorismo (ALEXANDRE, 2017, p. 5). A ecologia política também pode ser estudada como um *modus operandi* na expansão do sentido da democracia enquanto reivindicação e modo de vida (HAYES & OLLITRAULT, 2013; FILLIEULE & TARTAKOWSKY, 2013; SHARP, 1984; OGIEN, 2015 Apud. ALEXANDRE, 2017, p. 5).

Como descrito no primeiro capítulo, existe um período que se estende de 1960 a 1990 analisado por vários estudiosos (INGLEHART, 1997; LEFF, 2001; VIOLA, 1987 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 9) como um período de críticas à sociedade moderna industrial e de engajamento contra cultural, que aparece com o surgimento do ambientalismo. Em seguida

o ambientalismo passa a ser identificado como o socioambientalismo, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980, tornando se plural, buscando se profissionalizar, atuando em projetos sociais, se vinculando a movimentos sociais como: educadores, técnicos de governo, pequenos empresários, indígenas, seringueiros, movimentos de atingidos por barragens e grandes obras impactantes, jovens universitários, feministas, agricultores, movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, pescadores, literatos, esportistas, religiosos e etc. (LEIS, 1991 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 9). As parcerias construídas pelo movimento ambientalista despertaram um grande espriamento de seus valores, colocando a temática da ecologia dentro do processo de democratização da cultura política (KRISCHKE, 2000; INGLEHART, 1997 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 9). Em adição, no nosso entendimento, a dimensão de politização da temática ecológica constitui o maior processo do fenômeno da globalização, pois vem a redefinir conceitos e categorias fundantes tanto da política moderna quanto da teoria das relações internacionais (ALEXANDRE, 2017: p. 9-10).

Destacamos aqui as análises baseadas principalmente na observação e teorização a respeito da ação coletiva das mídias eletrônicas que alimentam formas de empoderamento da sociedade civil através do *ciberativismo*. O conceito de sociedade civil é o de Gramsci: de um campo simbólico e um conjunto de instituições e práticas que são o lócus de formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas. A dimensão cultural da sociedade civil é um lugar de contestação (jamais dado ou natural), de associações e redes onde são forjadas lutas e alianças, identidades e valores éticos. Visões antagônicas são mobilizadas em uma luta contínua com a finalidade de manter a hegemonia cultural de grupos dominantes ou para afirmar a contra hegemonia de grupos minoritários (ALEXANDRE, 2017: p. 10-11). Touraine e Melucci apresentam a sociedade civil como fonte dinâmica e inovadora para a tematização de novos problemas, formulação de novos projetos, criação de novos valores e novas identidades (COHEN, 2003 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 11) sendo um conceito-chave também para ilustrar as relações sociais que o ambientalismo tem configurado internacionalmente.

O sentido de *ciberativismo* não está restrito a uma única dimensão (ALEXANDRE, 2017: p. 11), pois o poder de articulação e organização através da internet permite com que se produzam manifestações de rua aliadas à publicização e à comunicação pela internet, apresentando vários conteúdos principalmente contra a mídia tradicional hegemônica.

A mídia contra hegemônica elabora um tipo específico de crítica à mídia dominante, através do uso da palavra, se atendo a sustentar que essa mídia seria o principal vetor de propaganda do poder econômico e político. São criados contra discursos, vigiando e

denunciando a mídia dominante, o seu modo de funcionamento, sua ideologia e práticas. É criticada a hegemonia cultural, a busca ao lucro, o sensacionalismo, a má distribuição das prioridades de agenda política e do esforço por parte de parlamentares de marginalizar propostas alternativas para a sociedade em função de seus. Os atores contra hegemônicos estão integrados dentro dos espaços de debate dos fóruns sociais ou coordenam ações para representar a sociedade civil diante de diversas conferências de temas e interesses diversos (meio ambiente, gênero, agricultura, populações indígenas, quilombolas, etc.) (ALEXANDRE, 2017: p. 11-12).

Por sua vez, a mídia alternativa ou independente prioriza a produção de informação como um instrumento de emancipação, mais do que um meio de luta contra a dominação da mídia hegemônica. Os ativistas independentes atuam à margem daqueles fóruns, eventos e conferências contra hegemônicas através de manifestações de desobediência civil e da ação testemunho. No período de 2000 surge a *IndyMedia* (Central de Mídia Independente), se caracterizando por uma auto-gestão cosmopolita, praticando jornalismo de forma aberta, minimizando o controle de conteúdo e as relações de autoridade, essa mídia permite com que indivíduos façam publicações quase que ao vivo, ou instantaneamente em diferentes línguas e formatos, apoiando as denúncias contra forças de repressão do Estado, defendendo os menos favorecidos (ALEXANDRE, 2017: p. 11-13) além de cobrir e politizar a cobertura de manifestações e eventos públicos, com filmagem de piquetes e repressão policial (CASTELLS, 2013 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 12). Em termos de legado histórico dessa mídia alternativa, também podemos citar o papel das feministas reunidas em Beijing (China) em 1995 para realização de 4ª Conferência Mundial das Mulheres promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) que consagraram a internet como uma ferramenta essencial de coordenação e mobilização em escala mundial para além das tratativas formais do evento (ALEXANDRE, 2017: p. 11) ampliando o debate, produzindo conteúdo próprio.

Existe também o caso de hibridismo entre a mídia contra hegemônica e a mídia alternativa. A respeito disso é importante ressaltar o movimento revolucionário da mídia popular (ALEXANDRE, 2017: p. 11). No caso do Brasil, foi criado, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 1970, a TV dos trabalhadores, incentivando a produção da radiodifusão comunitária, apoiando as causas mais variadas, como, por exemplo, a causa indígena e a causa feminista (ALEXANDRE, 2017: p. 11-12).

Existem, contudo, alguns argumentos que a crítica contra hegemônica faz ao trabalho dos ativistas independentes. Afirmam que, no enfoque da mídia alternativa, reinaria a confusão e a ingenuidade, pois alimenta-se a crença sobre a participação política plenamente aberta e a ideia de que o progresso tecnológico conduziria ao progresso social

e superaria as contradições sociais (ALEXANDRE, 2017: p. 12); além disso, a crítica contra hegemônica questiona a valorização do micro, do local e do indivíduo, e prioriza do coletivo, as classes e os atores mais centrais das lutas sociais (CARDON & GRANJON, 2013 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 13).

Os ativistas independentes, por sua vez, não consideram a proposta contra hegemônica suficiente para criar alternativas reais de mobilização social. Sustentam que não existiria a suposta neutralidade afirmada pelo corporativismo jornalístico contra hegemônico, de modo que a produção da informação seria muito mais valiosa como um instrumento de emancipação do que um meio de luta contra a dominação simbólica. Além disso criticam a posição de Noam Chomsky e Edward Herman por desvalorizarem as formas de expressão subjetivas e livres, como formas de regressão pré-marxistas da crítica social, lembrando Hanna Arendt, que afirma que a questão da ação política somente pode ser pensada na pluralidade (ALEXANDRE, 2017: p. 13).

Alexandre (2017) também discute um terceiro e último fenômeno chamado de mídia participante, que se apresenta como uma extensão da mídia independente, porém com uma característica muito mais plural, tanto em relação à produção de conteúdo como em suas formas de circulação. Este fenômeno é composto por públicos livres e cria uma indistinção maior entre produtor e consumidor da informação. Aqui estão os inúmeros dispositivos interativos como chats, fóruns, listas de discussão, sítios de contribuições pessoas com livre edição de conteúdo. Esta mídia é representada pelo tipo de mídia self, exclusiva do indivíduo. Trata-se de um fenômeno social que espetaculariza o reconhecimento da singularidade identitária de cada indivíduo segundo modos cada vez mais comuns de conversação que se prolongam na Internet. São práticas de promoção de amizade, trocas amorosas, valorização profissional e de entendimento político. Essas formas de expressão, ainda que generalizadas, contribuem para a articulação da sociabilidade entre os atores, suas práticas culturais amadoras e suas diversas formas de expressão. Esta forma de mídia torna o jornalismo mais reflexivo e ativo, em função da interação jornalista-público leitor (ALEXANDRE, 2017: p. 13-14). A vigilância e a contra informação, sob a forma da contra expertise, também constituem fenômenos que impactam as práticas de investigação jornalística. Além disso, em paralelo a essa vigilância, se desenvolve um tipo de ativismo diferente na Internet, que é o objeto central desse estudo: a nova cultura participativa que é profundamente irônica, insolente e pronunciada na primeira pessoa, sem formalidades; a linguagem pode ser afetuosa em alguns casos ou até mesmo agressiva e reacionária, direta, informal e próxima do interlocutor (ALEXANDRE, 2017: p. 14)

Esta nova cultura da Internet faz alterar os diversos espaços públicos introduzindo uma forma mais forte de subjetividade na produção e no comentário da informação; desfazendo a fronteira entre informação e diversão; rompendo com a personificação dos eventos públicos; e fixando um liame entre a cultura de massa e a cultura política, de uma maneira que lembra os surrealistas, pois trazem temas marginais para o centro do debate político (CASTELLS, 2013 Apud (ALEXANDRE, 2017: p. 14).

Reunimos na mídia participante ecologistas, críticos da publicidade, da precariedade das liberdades individuais e coletivas, críticos da mobilidade urbana, artistas, grupos de teatro, de ciclistas e outros adeptos da promoção de atividades que introduzem elementos inusitados ao cotidiano, como a luta festiva, a guerrilha semiótica, reivindicando o direito ao escárnio, a deturpação simbólica e paródica da informação.

Blogs, Facebook, Instagram e Twitter promovem a cultura da competição política, deslocando o centro de gravidade do debate público para os espaços mais diversificados, mais críticos e mais autônomos em relação às práticas e espaços públicos abertos para o debate político antes do avanço tecnológico, da maior acessibilidade a Internet e das redes sociais. As manifestações desse tipo de mídia na Internet revela uma cultura desinteressada da afiliação partidária e das personalidades eleitas pela democracia representativa, embora seja nesse mesmo espaço em que ocorre a construção de audiência e das campanhas dos parlamentares. A mídia participante está caracterizada pela espontaneidade, descentralização e forte reação (CARDON & GRANJON, 2013 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 15). Foi observado que estas três fortes características estão presentes na cobertura midiática dos movimentos populares, dos conflitos sociais e eventos dramáticos que são documentados por atores, vítimas e testemunhas dos fatos (ALEXANDRE, 2017: p. 15).

Para Castells, toda esta nova mídia participante introduz a comunicação de massa individualizada no espaço público. Trata-se de um processo híbrido de empoderamento e participação dos indivíduos que generaliza a participação aberta, a reflexividade, o autodidatismo, a experimentação e a reapropriação do uso da palavra (CASTELLS, 2007 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 15). De um ponto de vista habermasiano, a linguagem é essencialmente democrática e é também, em si, um fenômeno teleológico que apresenta seu próprio desenvolvimento prático-moral (HABERMAS, 1997 ALEXANDRE, 2017: p. 15). O agir comunicativo é uma esfera da vida social que está baseada num devir que exige cooperação mútua entre os falantes. Ela é ao mesmo tempo coordenação lógico-racional e coordenação de regras simbólicas de conduta social. É por isso que a democracia, enquanto dominação racional-legal exercida por intermédio da coordenação de consentimento entre povo e governante, necessita ser sempre comunicada publicamente

através de princípios de validade universal. Não havendo cooperação, é impossível haver dominação (ALEXANDRE, 2017: p. 15). O desenvolvimento da democracia enquanto modo de vida está em sintonia com o entendimento da tradição reflexiva de esquerda da ecologia política, na medida em que a desobediência civil funciona como demonstração pública de insatisfação democrática (ALEXANDRE, 2017: p. 15).

3 PROCESSOS DE DEMONSTRAÇÃO PÚBLICA

Neste capítulo apontamos alguns exemplos de ativismo que se utilizam dos processos de demonstração pública para influenciar e promover discussões de interesse do ativismo ambiental global. Por muito tempo os estudos sobre cultura política e movimentos sociais restam cindidos entre a análise sobre os recursos para se exercer influência (teoria da mobilização de recursos) e a análise sobre o ideal motivacional dos atores sociais dentro dos processos políticos, quando esses clamam por mudança social (teoria dos novos movimentos sociais). É de suma importância compreender que a ideia de demonstração pública tenta avançar na compreensão sobre como (teoria da mobilização de recursos) e por que (teoria dos novos movimentos sociais) os atores sociais interagem, acatando ou não determinadas regras de conduta social (ALEXANDRE, 2017: p. 16).

O Fórum Social Mundial (FSM) é o exemplo mais emblemático de desobediência civil já institucionalizado (ALEXANDRE, 2017: p. 17). Desde 2001 o FSM é uma iniciativa contra hegemônica, alternativa e participante de diferentes setores que se reúnem na ocasião para troca de experiências e preparar novas ações e projetos de iniciativa popular provenientes de todos os continentes. Toda uma gama de ações e troca de experiências do FSM tem sido responsável por dinamizar a cultura política do socioambientalismo. A eclosão da Primavera Árabe, por exemplo, foi fruto de diversas edições do FSM no mundo Árabe (GRAJEW, 2011 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 17).

A Global Witness é uma entidade ambientalista internacional, um exemplo de mídia híbrida (contra hegemônica e alternativa) que trabalha com a construção de indicadores de denúncia de crimes cometidos contra ambientalistas. A ONG denuncia abusos contra o meio ambiente e os direitos humanos em atividades ilegais de exploração da natureza, corrupção política e econômica. Suas técnicas para coleta de dados e denúncias incluem entrevistas, filmagens secretas, fotografias e pesquisas documentais, sendo reportadas para diferentes veículos de comunicação ajudando a difundir uma cultura de defesa da vida (ALEXANDRE, 2017: p. 17-19).

Em 2012, ocorreu a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Diversos ambientalistas que participaram da Conferência divulgaram uma carta intitulada “A Rio+20 que não queremos”, denunciando o documento oficial por esse não assumir qualquer compromisso, meta ou previsão de recursos que viessem a comprometer os países. Esta carta não representa apenas uma demonstração pública de empoderamento e contestação, ela vem delimitar formalmente o

espaço público mundial como sendo um espaço tripartite entre sociedade civil global, mercado e estado (ALEXANDRE, 2017: p. 19). Aqui está um claro exemplo de conflito de interesses entre a mídia contra hegemônica (Conferência Rio +20) e a alternativa (Rio +20 que não queremos).

No carnaval de 2018, no Rio de Janeiro, o desfile da escola “Paraiso do Tuiti” apresentou um tom irônico e de escárnio, o tema que indagava “Meu deus, meu deus, está extinta a escravidão”, carregando em seu carro alegórico uma caricatura de um vampiro vestindo uma faixa presidencial, numa alusão à reforma trabalhista que flexibilizou as relações de contratação e demissão na esfera do trabalho. A ação se configura como mídia alternativa e repercutiu imensamente cativando inclusive a imprensa internacional (New York Times).

O senador Lindbergh Farias em sua *fan page* no Facebook, em produção de mídia contra-hegemônica, convidou o advogado Mauricio Guetta do Instituto Sócioambiental, no dia do meio ambiente, para uma entrevista em formato de vídeo ao vivo para falar um pouco sobre as políticas ambientais no governo do Presidente Michel Temer. Mauricio mencionou restrição dos direitos dos povos indígenas de serem consultados sobre medidas que os impactam, declarou sua preocupação acerca da política de transgênicos, agrotóxicos e sobre o projeto de lei 447/2012, que permite que obras que gerem riscos à sociedade sejam aprovadas. O Senador Lindbergh convocou a sociedade civil ao debate e a se manifestar para fazer pressão aos parlamentares e explicitou sua preocupação frente a uma banca da ruralista ativa e com forte poder de influência dentro do Congresso Nacional.

Existe também uma *fan page* no Facebook chamada “De olho nos ruralistas” que produziu uma série de 3 meses de coberturas jornalísticas sobre o governo do presidente Michel Temer, denunciando os retrocessos ambientais de seu mandato, como por exemplo, a redução radical do orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), o licenciamento ambiental, a venda de terras para estrangeiros, a regularização da grilagem, disponibilizando todo material de vídeo gratuitamente no seu site oficial, podem ser considerados um exemplo de mídia contra hegemônica.

Mídias, web-revistas e jornais de produção de conteúdo independente como Al Jazeera, Brut demonstram forte hibridismo entre as mídias contra hegemônicas e a alternativa no sentido de trazer reportagens em tom de denúncia sobre injustiças ambientais e sociais em todo o mundo. No Brasil, a Mídia Ninja tem um papel importante nesse quesito, contanto também com um aspecto importante da mídia alternativa: o indivíduo empoderado do celular com câmera enquanto agente produtor de conteúdo crítico de manifestações, eventos e conflitos. O canal TV BOITEMPO (editora Boitempo) do Youtube também oferece

conteúdos de mídia contra hegemônica e alternativa, como, por exemplo, em seu vídeo “Estratégias de Resistência Política em Tempos Difíceis”, intermediado pela revista Carta Capital. Esse canal oferece um debate apresentando uma discussão sobre o sentido da democracia e sua relação com os padrões de dominação presentes na sociedade a partir do livro “Dominação e Resistência”, do professor Luis Felipe Miguel, somada a análise da professora Esther Solano.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra mudou muito sua estratégia de atuação nas últimas décadas se comparado ao seu início, na década de 1980, na luta pela reforma agrária. Atualmente, além de sua *fan page* no Facebook, tem um site oficial onde reúne vídeos informativos sobre agroecologia, suas práticas de educação e alimentação saudável e o poder de mobilização dos assentamentos. Além disso, o movimento chegou a produzir, em 2014, 326 edições do “Jornal Sem Terra” que abrigava notícias das conquistas, metas e objetivos do MST. Este movimento pode ser considerado um exemplo de mídia híbrida (contra hegemônica e alternativa).

Dentre essas e outras modalidades de demonstração pública foi observada uma nova consciência do tempo político em que os atores e processos do ambientalismo internacional alteram a comunicação política, cada vez mais, pela sua capacidade de rebeldia, protagonismo e legitimidade (ALEXANDRE, 2017: p. 19).

CONCLUSÃO

A agroecologia, o ecodesenvolvimento, o veganismo, a justiça social e ambiental, a desobediência civil, as campanhas por mudança nos traçados de mobilidade das cidades, incluindo ciclovias, espaços de lazer, as petições *on-line* pelo fim do desmatamento, os conselhos populares, as pautas das ONGs internacionais para pressionar os acordos oficiais sobre mudanças climáticas, enfim, são todos acordos linguísticos construídos com base em conceitos estrategicamente pensados numa perspectiva de ultrapassagem de valores civilizatórios. Note-se que, em associação com a linha marxista gramsciana, a ideia do ambientalismo reside tanto na confrontação quanto na *ultrapassagem* de valores, embora não se pretenda com essa extensão reflexiva superar a inexorabilidade dos conflitos sociais. O termo contra hegemonia é aprimorado. Na medida em que os valores ganham maior visibilidade e aceitabilidade, a cultura política altera-se (ALEXANDRE, 2017: p. 16).

A demonstração pública também é uma forma de interação social capaz de promover e estruturar diversas formas de novas relações sociais. Ela é um processo e, como tal, permite uma ponte de diálogo entre a ciência, a técnica e os espaços sociais. Rosental, nossa principal referência conceitual sobre demonstração pública, não a reduz a uma política de convencimento científico-mercantil, de espetáculo teatral que visa à obtenção de vantagens lucrativas para as empresas, pois, dependendo do espaço social em que ela aparece, dela pode florescer a criatividade, a contestação e o fortalecimento da democracia (ROSENTAL, 2011 Apud. ALEXANDRE, 2017: p. 17). As práticas da ecologia política internacional tem nos ajudado a compreender melhor: o empoderamento de novos atores sociais que aderem às causas ecológicas em função da democratização das redes sociais; um processo expansivo de democratização cultural que é muito dinâmico e que esta superando o referencial weberiano de legitimação, em especial o da dominação racional-legal do Estado-Nação e uma mudança de paradigma na concepção de política internacional (ALEXANDRE, 2017: p. 19-20).

Ao adentrar na cena política com seus discursos que pretendem legitimação, os ambientalistas constroem demonstrações públicas que superam o antropocentrismo e o humanismo da ciência e da política contratualista: desde salvar espécies em extinção e proteger áreas verdes ao desenvolvimento sustentável, o discurso é sempre orientado para expandir o pertencimento a uma nova cultura democrática (ALEXANDRE, 2017: p. 20). São responsáveis por introduzir o inusitado no cotidiano, a luta festiva, a guerrilha semiótica, e promover a cultura da competição política, deslocando o centro de gravidade do debate público para os espaços mais diversificados, mais críticos e muito mais autônomos em

comparação com o espaço formal da política e das relações internacionais formais (ALEXANDRE, 2017: p. 21).

REFERÊNCIAS

- AL JAZEERA Disponível em < <https://www.aljazeera.com/>> Acesso em: 20 de maio de 2018
- ALEXANDRE, A. F. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro.** Florianópolis/Blumenau: Editora da UFSC e Ed.FURB, 2000.
- _____. Atores e processos da ecologia política internacional. In: Revista de Estudos Internacionais. UEPA, 2017 (no prelo).
- ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro.** In: Novos Estudos, 79, novembro 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Disponível em:< <http://www.abag.com.br/institucional/historiamissaovisao>> Acesso em: 28 de maio, 2018.
- BRUT. Disponível em: < <https://www.facebook.com/brutoficial/> > Acesso 20 de Maio de 2018.
- DE OLHO NOS RURALISTAS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/deolhonosruralistas/videos/675473802650737/?t=0> > Acesso 6 Junho de 2018.
- EXAME. Carnaval do Rio mostra o vampiro Temer. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/carnaval-do-rio-mostra-o-vampiro-temer/> > Acesso em 20 de Maio de 2018.
- FOLHA. Com 50 milhões de usuários o Brasil é o segundo no ranking do Instagram. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931057-com-50-milhoes-de-usuarios-brasil-e-segundo-no-ranking-do-instagram.shtml> > Acesso 20 de maio, 2018.
- FOLHA. Número de usuários do Twitter cresce em 2016. 2017. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/02/1861175-numero-de-usuarios-do-twitter-no-brasil-cresce-18-em-2016.shtml> > Acesso 20 de maio, 2018.
- G1. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml> > Acesso em: 20 de maio, 2018.
- Habermas, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Henri Acserald, Cecília Campello do A. Mello, Gustavo das Neves Bezerra. **O que é justiça ambiental** – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Informativo ABAG. Regulação do Código Florestal: Fim de incertezas traz segurança para o produtor. n. 109. Ano 19 Jan-Mar, 2018.

Inni ACCIOLY, Celso SÁNCHEZ. **Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 25, p. 97-108, jan./jun. 2012. Editora UFPR.

LINDBERGH FARIAS Disponível em: <<https://www.facebook.com/lindbergh.farias/videos/2003004343044184/>> Acesso em 6 de Junho de 2018.

LOSEKANN, Cristiana. **Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula**. Ambient. soc., São Paulo , v. 15, n. 1, p. 179-200, Apr. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 15 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000100012>.

Marcelo Dias VARELLA e Márcia Dieguez LEUZINGER. **O meio ambiente na Constituição de 1988**. Brasília a. 45 n. 179, p.397-402. jul./set. 2008.

MST <http://www.mst.org.br/> Acesso em 20 de Maio de 2018.

OGLOBO. A origem do Facebook. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/a-origem-do-facebook-4934191>> Acesso em: 20 de maio, 2018.

PROAM. CARTA ABERTA AO POVO BRASILEIRO. Disponível em:<<http://proam.org.br/acontecimento.asp>> Acesso em: 29 de maio, 2018.

PROUNI. Quadros Informativos. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos> Acessado em 28 de Maio de 2018.

REUNI 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192 Acessado em: 28 de Maio de 2018.

VIOLA, E. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica**. In: Padua, J. A. (Org.). Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e

Tempo: IUPERJ, 1987. Publicado em
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm